

A primeira seção deste artigo conceitua interseccionalidade a partir de uma reflexão sobre desigualdades e probabilidades. Apresentaremos relações entre variáveis que, a exemplo do gênero e da cor da pele, quando combinadas, tendem a precarizar condições de vida já difíceis. Ainda não adentraremos especificamente no tema de política e eleições. O foco será demonstrar, com exemplos de estudos em diversos campos, os desafios impostos a contextos individuais na presença de interseccionalidades. No relato desses estudos, o leitor poderá obter evidências de como desigualdades em várias esferas incidem negativa e repetidamente sobre grupos populacionais bem específicos. Também verá como as intersecções entre grupos redundam em mais desigualdade.

Trazendo a discussão para o campo da desigualdade política, a segunda seção fará uma breve incursão na literatura de sistemas eleitorais e partidários, com ênfase no caso brasileiro. Veremos, por exemplo, que a desigualdade política: 1) se manifesta na subrepresentação de certos grupos populacionais; 2) se legitima com base em instituições formais, se perpetua em práticas recorrentes de atores e organizações do sistema político; e 3) limita o potencial para a competição eleitoral que indivíduos oriundos de grupos subrepresentados poderiam ter. Sem a pretensão de uma revisão bibliográfica exaustiva, queremos apenas identificar fatores relacionados às assimetrias na competição eleitoral, bem como grupos que sejam prejudicados ou favorecidos - a exemplo do que foi feito anteriormente na seção que tratou de outras esferas em que desigualdades acontecem.

É importante ressaltar que a separação de desigualdades em esferas e seções textuais é recurso meramente didático que adotamos para ter uma visão ampliada de sua complexidade. Não deve jamais implicar uma visão compartimentada de nosso objeto de estudo. Muito pelo contrário: a própria noção de interseccionalidade aponta para o fato de que essas esferas em que desigualdades ocorrem estão sobrepostas, conectadas e correlacionadas entre si. Não há como dissociá-las, pois a interseccionalidade está precisamente na concomitância entre elas.

Na terceira seção, indicaremos metodologia para verificar como desigualdades eleitorais incidem sobre determinados grupos sociais e como se comportam na intersecção desses grupos. Apresentaremos definições e operacionalização de variáveis, relações esperadas entre elas, com possíveis hipóteses de trabalho. Em seguida, na quarta seção, faremos análise descritiva e exploratória de dados oriundos de pesquisa de survey nacional sobre atitudes políticas de brasileiros, realizado pelo Instituto DataSenado. Com esses dados, pretendemos fundamentar a alegação da existência ou não de desigualdades políticas associadas a grupos da sociedade, e também aquelas baseadas em pertencimentos múltiplos - isto é, as interseccionalidades.

Dois objetivos principais orientam este trabalho. Por um lado, pretende-se contribuir com o avanço da abordagem interseccional ao propor conceito, operacionalização e técnica para medir interseccionalidades e seus impactos sobre as desigualdades entre indivíduos e grupos. Por outro lado, pretende-se contribuir com os estudos sobre eleições e desigualdades trazendo para o debate uma abordagem interseccional que seja replicável independentemente do conjunto de dados que se tenha à disposição e dos grupos a serem inseridos nas análises. Tais desenvolvimentos estão concentrados nos apontamentos metodológicos, na terceira e na quarta parte deste trabalho.

Esperamos que a aplicação de conceitos e técnicas oriundos da inferência estatística seja entendida como tentativa de contribuir com o estudo das desigualdades por meio da interdisciplinaridade. O emprego de análises estatísticas, poderia alguém argumentar, não é tão adequado ao estudo de interseccionalidades pois essas seriam temática qualitativa carregada da riqueza de vivências individuais - e não reduzíveis a quantificação. Contra isso, argumentamos que as abordagens não precisam ser mutuamente excludentes, podem ser complementares. Os números, contudo, têm pelo menos três capacidades de particular interesse para este ensaio. A primeira capacidade é a de nos dar certa dimensão do problema que enfrentamos e, possivelmente, uma ordem de gravidade. Decorre daí a segunda capacidade que nos interessa: números que dimensionam a extensão e a intensidade de um problema denotam em si mesmos a premência da busca por uma resolução. Por último, os diagnósticos quantitativos permitem identificar diferentes níveis de gravidade do problema. Esse ordenamento pode eventualmente constituir critério objetivo para priorização de políticas públicas e programas governamentais focados nos grupos populacionais mais necessitados.

Partiremos, portanto, da hipótese de que a desigualdade numa dada esfera é mais grave sobre a intersecção de grupos já desfavorecidos naquela e em outras esferas. Trata-se de uma relação logicamente plausível, mas é verificada empiricamente? Se sim, quais grupos são desfavorecidos? O quanto cada característica de grupo interfere para aumentar ou atenuar aquela desigualdade? Em termos de nosso estudo aplicado: que grupos são preteridos em sua ação política e eleitoral? Que grupos são privilegiados? Que intersecções resultam em mais discriminação na esfera política? Que intersecções resultam em mais vantagens? O quanto cada um dos possíveis pertencimentos e das possíveis intersecções impactam na atuação política, nas atitudes e nas perspectivas eleitorais dos indivíduos? Acreditamos que os resultados a serem apresentados possam elucidar essas e outras questões.

2 DESIGUALDADES, INTERSECÇÕES E PROBABILIDADES

O igualitarismo é uma das correntes de pensamento filosófico que teve maior influência sobre a história do Ocidente. Doutrinas igualitárias se baseiam no fundamento de que todos os indivíduos são iguais em valor fundamental e em status moral ([Arneson, 2013](#)). Seus ideais influenciaram lutas por direitos civis e revoluções. Influenciaram a formação da democracia tal como a conhecemos e inspiraram constituições democráticas.

O direito à igualdade, enquanto dispositivo formal, inaugura uma ordem com diretrizes claras que deveriam reger a conduta de cidadãos, organizações, autoridades públicas, governo e Estado. É um princípio a orientar não só as relações entre os cidadãos, mas também o tratamento dispensado pelo Estado aos concidadãos, independente de haver ou não relação pessoal do agente estatal com eles.

Ideias e leis, contudo, não são capazes de gerar realidade factual, de imediato. A igualdade formal, positivada no Direito, se choca com a realidade experimentada diariamente por cidadãos em diversos campos de suas vidas. A desigualdade – e sua persistência – tem sido um dos grandes desafios para a democracia ([Avelar, 2001](#); [Miguel & Biroli, 2013](#); [Reis, 2000](#)).

No cotidiano, há desigualdade: no acesso a serviços públicos essenciais e não-essenciais; na taxação de impostos; na distribuição de renda e de trabalho; nas oportunidades educacionais; nas possibilidades de consumo; na liberdade para a prática religiosa; no exercício de direitos como amar e constituir família; no tratamento recebido em abordagens policiais. Enfim, a lista é imensa.

Embora a desigualdade se manifeste em nível individual - e seus efeitos sejam sofridos por indivíduos - ela não se dá de forma casual, sobre pessoas escolhidas a esmo. Pelo contrário, enquanto fenômeno, a desigualdade social também está sujeita a regularidades populacionais. Os efeitos da desigualdade não incidem sobre quaisquer indivíduos, eles ocorrem em maiores proporções sobre determinados grupos da população. De modo geral, a probabilidade de que um indivíduo qualquer pertencente a um desses grupos seja afetado por desigualdades é maior que a de um indivíduo que não pertence a nenhum desses grupos, e menor que a de outro que pertence a dois ou mais grupos. Além disso, na medida em que a desigualdade pese negativamente sobre um grupo numa dada dimensão, haverá probabilidade maior de que naquele grupo incidam também efeitos negativos de desigualdades de outras dimensões. Ou seja, as desigualdades tendem a ocorrer simultânea e cumulativamente sobre grupos específicos da sociedade.